FIRMAS COMO VETORES ENTRE O ESVAZIAMENTO POPULACIONAL E FLUXOS FINANCEIROS DE PEQUENAS CIDADES DO PARANÁ

Julio Cesar Fernandes Alves de Lima Guergolette [1]
Ideni Terezinha Antonello [2]

[1] UEL; Londrina, PR – E-mail: julio.alves.lima@uel.br ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1519-3841
[2] UEL; Londrina, PR – E-mail: antonello@uel.br ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6147-4731

PALAVRAS-CHAVE

Compras públicas; Economia local; Pequenas cidades; Dinâmica demográfica.

RESUMO EXPANDIDO

O presente pesquisa tem intuito de analisar o fenômeno do esvaziamento populacional em pequenas cidades do norte do estado do Paraná, relacionando-o aos fluxos financeiros das compras públicas municipais. Parte-se da hipótese, já estatisticamente confirmada em nosso recorte geográfico, de que municípios com maior capacidade de internalizar recursos públicos; isto é, manter os gastos no próprio território ou em sua região imediata; apresentam dinâmicas demográficas mais favoráveis quando comparados àqueles que principalmente externalizam tais recursos financeiros.

A problemática inicial da pesquisa refere-se ao processo de esvaziamento e estagnação populacional, o qual identificamos como presente em aproximadamente 60% dos municípios paranaenses nos dois últimos períodos intercensitários 2000 – 2010 e 2010 – 2022, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Guergolette, 2025). Tal cenário ocorre simultaneamente a um crescimento populacional estadual na ordem de cerca de vinte por cento no mesmo intervalo, evidenciando um padrão de redistribuição desigual da população no território.

No presente artigo, atribuímos ênfase às pequenas cidades. Nesse sentido, o recorte territorial da pesquisa contemplou especificamente todos os 20 municípios de pequeno porte (entre 10 e 50 mil habitantes), distribuídos em quatro Regiões Geográficas Imediatas pertencentes à Região Intermediária de Londrina, quais são: Cornélio Procópio–Bandeirantes, Ibaiti, Ivaiporã e Santo Antônio da Platina. A escolha dessas regiões justifica-se pela relativa homogeneidade no porte demográfico dos municípios que as compõem, ao mesmo tempo em que apresentam dinâmicas populacionais contrastantes, evidenciadas pela coexistência de municípios em crescimento, estagnação e declínio demográfico.

Metodologicamente, o estudo se pautou nas concepções teóricas de Milton Santos (1994; 2004; 2006; 2012). Para então rumar a um aprofundamento quantitativo em técnicas diversas; culminando inclusive na criação e desenvolvimento de um software, voltado ao apoio na coleta, organização e tratamento dos dados utilizados nesta pesquisa.

Foram realizados diversos trabalhos de campo, durante o segundo semestre de 2024, junto às prefeituras dos municípios pertencentes às regiões imediatas delimitadas, com o objetivo de obter os

contratos relativos às compras públicas de bens e serviços, bem como os identificadores dos prestadores vinculados a tais contratos. Esse levantamento empírico constituiu etapa central da pesquisa, diante das limitações encontradas na disponibilidade de dados nos portais de transparência.

A partir dessas informações, procedeu-se à sistematização e ao tratamento dos dados, possibilitando a construção de bases analíticas robustas, utilizadas na realização de correlações estatísticas envolvendo múltiplas variáveis. A esse conjunto de dados foram incorporadas informações de natureza social, fiscal e demográfica provenientes de bases secundárias, como aquelas disponibilizadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES e pelo IBGE.

Por fim, realizou-se a geolocalização das empresas prestadoras, o que permitiu a identificação e análise de redes espaciais de distribuição dos fornecedores privados em relação às demandas das pequenas cidades paranaenses. A partir da agregação dos resultados obtidos nos municípios analisados, foi possível identificar padrões de concentração espacial desses prestadores, configurando clusters regionais, conforme ilustrado na Figura 1. Ressalta-se, contudo, que tais resultados correspondem ao conjunto de municípios investigados, não representando a totalidade do Estado, em função das limitações relacionadas ao acesso aos dados necessários.

Figura 1. Resumo dos três principais fluxos financeiros de cada município.

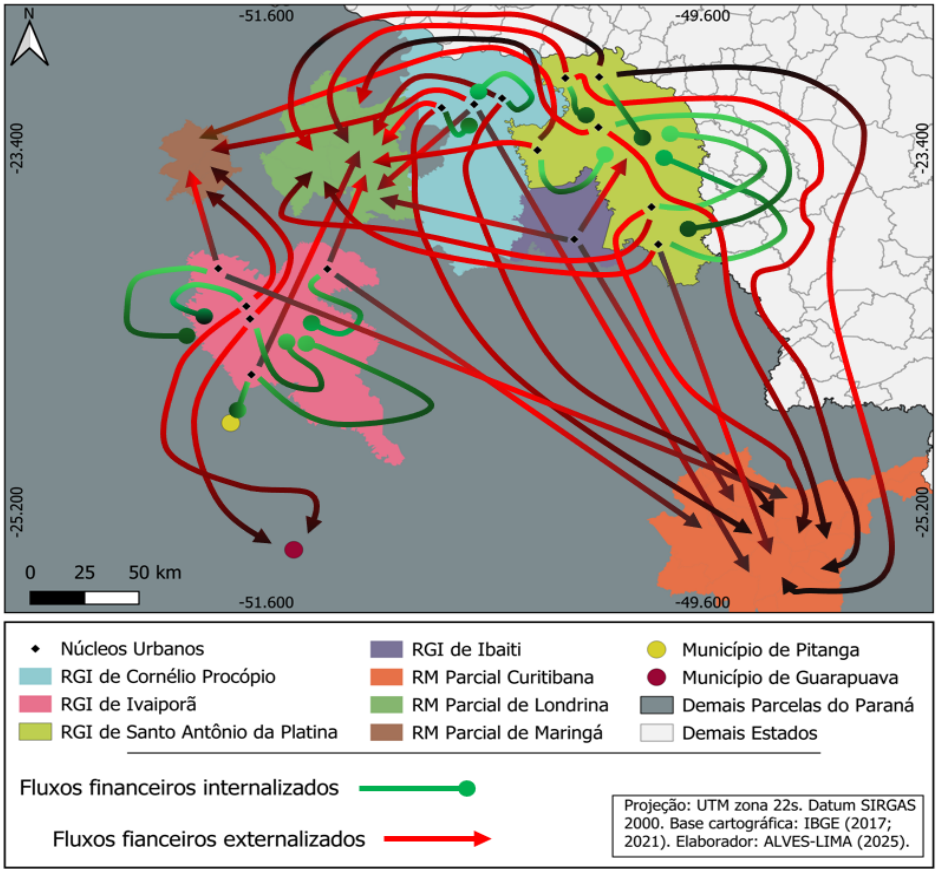


Figura 1. O intuito é expor onde se localizaram os conjuntos de empresas prestadoras que absorveram maiores volumes financeiros provenientes de contratos públicos do poder executivo local. Fonte: Guergolette (2025).

Como se evidencia na Figura 1, observam-se dinâmicas distintas entre as quatro regiões geográficas imediatas. A RGI de Santo Antônio da Platina concentra os maiores níveis de internalização e, simultaneamente, apresenta as menores taxas de redução demográfica, além de um discreto crescimento populacional recente (cerca de 5% na última década). Em seguida, embora a certa distância em resultados, encontra-se a RGI de Ivaiporã, que também apresenta um quadro de esvaziamento populacional, porém menos intenso do que o observado, por exemplo, na RGI de Cornélio Procópio. A síntese dos municípios com maiores valores financeiros analisados é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1. Variação populacional dos municípios ordenados conforme o volume financeiro de internalização de recursos financeiros em empresas locais ou que compõem a mesma Região Geográfica Imediata.

Município	***Saldo Populacional 2010 a 2022***	***Integrante da RGI de:***	***Internalização***	***Externalização***
SIQUEIRA CAMPOS	Crescimento 24%	Santo Antônio	0,64	0,36
MANOEL RIBAS	Crescimento 8%	Ivaiporã	0,63	0,37
ANDIRÁ	Diminuição de 4%	Santo Antônio	0,59	0,41
FAXINAL	Crescimento 0,5%	Ivaiporã	0,55	0,45
IVAIPORÃ	Crescimento 3%	Ivaiporã	0,53	0,47
WENCESLAU	Diminuição de 1%	Santo Antônio	0,53	0,47
RIB. DO PINHAL	Diminuição de 3%	Santo Antônio	0,51	0,49
SANTA MARIANA	Diminuição de 11%	Cornélio	0,49	0,51
S. ANTÔNIO D. PLATINA	Crescimento 4%	Santo Antônio	0,48	0,52
CAMBARA	Diminuição de 3%	Santo Antônio	0,43	0,57
CORNÉLIO	Diminuição de 4%	Cornélio	0,42	0,58
IBAITI	Crescimento 0,03%	Ibaiti	0,41	0,59
JARDIM ALEGRE	Diminuição de 3%	Ivaiporã	0,41	0,59
URAÍ	Diminuição de 9%	Cornélio	0,4	0,6
SÃO JOÃO DO IVAI	Diminuição de 7%	Ivaiporã	0,25	0,75

Fonte: Guergolette (2025).

Por *internalização* referimo-nos aos dispêndios do poder executivo municipal, materializados na forma de contratos públicos, que se direcionam a firmas registradas em localidades com potencial de interação econômica com o ente local. Não se trata de uma absorção direta, mas de efeitos que, ainda que indiretos, podem repercutir sobre a arrecadação municipal, a geração de empregos, a sustentação de atividades econômicas e a manutenção de estruturas não diretamente vinculadas ao poder público, entre outros aspectos que somados incidem sobre dinâmicas populacionais.

O impacto dessa dinâmica varia conforme o recorte territorial. Considerando o conjunto dos municípios analisados, observa-se uma correlação estatística positiva de 0,644 (coeficiente de Pearson) entre as variações populacionais e os níveis de internalização de recursos financeiros. Esse resultado é antecedido pela análise da geolocalização dos prestadores de bens e serviços, a qual, em termos agregados, pode ser visualizada na Figura 2.

Figura 2. Municípios sedes de uma ou mais empresas prestadoras que atingiram fluxos expressivos com o ente local.

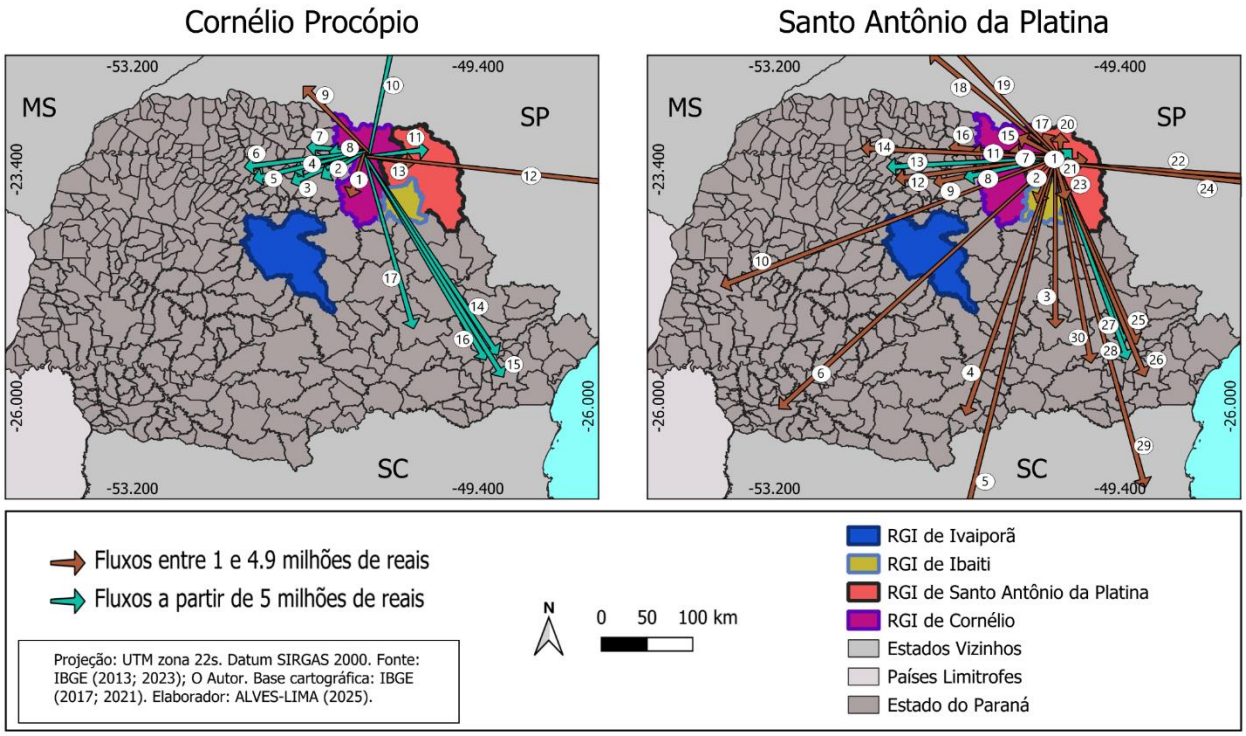


Figura 2. As setas detalham o direcionamento dos fluxos financeiros, do município contratante rumo aos municípios que comportam as firmas prestadoras; os números especificam detalhes de cada fluxo em fontes auxiliares. Fonte: Guergolette (2025).

A Figura 2 consiste em um fragmento sintético que contempla os dois municípios de maior porte populacional, com o objetivo de ilustrar um conjunto mais amplo de análises aplicadas a um território igualmente mais abrangente. Ainda que resumida, a figura 2 permite identificar uma concentração dos direcionamentos financeiros em favor de firmas localizadas nos dois principais arranjos metropolitanos do estado, correspondentes às Regiões Metropolitanas de Curitiba e Londrina.

A partir da consolidação dos resultados obtidos para cada município analisado, observa-se uma concentração dos fluxos financeiros em determinados recortes territoriais, os quais correspondem, a estes dois grandes clusters metropolitanos de crescimento populacional do Paraná. Nesse contexto, as economias de aglomeração conferem às firmas ali localizadas vantagens competitivas dificilmente superáveis, resultantes da proximidade espacial, do compartilhamento de infraestrutura, da disponibilidade de mão de obra qualificada e das externalidades positivas geradas pela concentração produtiva.

Ressalta-se, contudo, que não é objetivo deste estudo sobrevalorizar empresas de escala local apenas em função de sua inserção territorial, nos entes realizando dispêndios. Há, inclusive, riscos associados a dinâmicas clientelistas e paternalistas que podem emergir no âmbito local. Ainda assim, o esvaziamento dos recursos financeiros em escala local e/ou imediata tende a impactar negativamente o desenvolvimento de pessoas jurídicas; especialmente aquelas amplamente

defendidas por entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, como vetores relevantes de geração de renda e emprego.

Sob a perspectiva da causalidade cumulativa (Sheppard, 2017), a dinâmica observada sugere a existência de mecanismos de reforço que intensificam as desigualdades territoriais: regiões que concentram fluxos financeiros e atividade empresarial tendem a atrair mais investimentos, população e oportunidades econômicas, enquanto áreas que perdem esses fluxos enfrentam processos progressivos de esvaziamento. Dessa forma, a dinâmica aqui evidenciada; que articula fluxos financeiros e processos de crescimento ou declínio populacional; pode ser entendida como mediada pelas estratégias e pela localização das firmas. Estas influenciam deslocamentos populacionais por meio da geração de renda e, conforme indicado pelos resultados, estão se concentrando espacialmente em pontos específicos do estado do Paraná, reforçando padrões de polarização regional.

REFERÊNCIAS

Guergolette, J. C. F. A. de L. (2025). *Esvaziamento populacional e redes de compra de prefeituras: Uma análise sobre pequenas cidades na Região Geográfica Intermediária de Londrina – PR* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Londrina.

Santos, M. (1994). Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec.

Santos, M. (2004). Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica (6ª ed.). São Paulo: Edusp.

Santos, M. (2006). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção (4ª ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, M. (2012). Espaço e método (5ª ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Sheppard, E. (2017). Economic theory and underdeveloped regions. Regional Studies, v51 (n6).